

# SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: REFLEXÃO ACERCA DOS DESAFIOS GERADOS PELAS NOVAS ESTRUTURAS SOCIAIS

Luiza Vieira Godinho<sup>1</sup>

## RESUMO

As sociedades contemporâneas e suas novas estruturas sociais trazem desafios no campo da sociologia. Nesse sentido, o presente estudo trata dos desafios encontrados na dimensão da estratificação social nas sociedades contemporâneas, assumindo o conceito de sociedades do conhecimento e a consequente necessidade de uma alteração das ferramentas conceituais utilizadas para estudar esse fenômeno. Diante disso, é apresentada uma discussão sobre as perspectivas da sociologia contemporânea e suas influências em uma nova proposta de abordagem teórica-conceitual. Em uma análise geral, ficou evidente a necessidade de um cuidado maior para analisar os novos fenômenos sociais encontrados nessas sociedades, sugerindo uma reformulação das bases teóricas tacitamente aceitas e particularmente ficou em evidência a influência que a desigualdade social, mesmo que em novas dimensões, possui direta ou indiretamente nas estruturas sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** estratificação social; desigualdade social; sociedade do conhecimento.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: luizaviig@gmail.com.

## 1. INTRODUÇÃO

A desigualdade social sempre teve destaque na área de Ciências Sociais, até mesmo podemos assumir que há um forte consenso entre os estudiosos de que esse seja um fenômeno presente em todas as sociedades. Para investigar essa questão, temos ao nosso dispor uma série de pesquisas ligadas às formas de desigualdades, aos processos de estratificação social, à questão da mobilidade social, etc. As investigações estão presentes no debate acadêmico e vêm sendo revisitadas com frequência, porém, mesmo sendo um consenso o destaque do tema, do ponto de vista teórico, os estudiosos possuem várias interpretações sobre esse fenômeno. O grande desafio para essas teorias é que elas estão diretamente ligadas aos processos de desigualdades, que estão em constante mudança, pois é um processo totalmente dependente da estrutura da sociedade em análise, mesmo que termos gerais possam ser considerados.

Como entender a desigualdade social no mundo contemporâneo? Essa é a proposta que Nico Stehr faz em seu artigo “Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento” (2000). Stehr traz mais uma perspectiva nova ao debate acerca da desigualdade social, propondo uma mudança no modo em que se entende a desigualdade social nas sociedades contemporâneas, identificando um novo tipo de estratificação, que é gerado pelo conhecimento.

Um dos grandes desafios que as Ciências Sociais como um todo enfrentam é gerado pela constante mudança nas estruturas sociais. De um tempo para cá, as sociedades contemporâneas trazem à tona as mudanças constantes que se dão na ordem social. Essas mudanças são parte fundamental para que se produza conhecimento nesse campo de estudo, por isso não podem ser ignoradas. A sociedade contemporânea é diferente das sociedades anteriores, portanto tem de ser estudada de forma complementar.

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a necessidade indicada por Stehr (2000) de que haja uma revisão das bases conceituais acerca da desigualdade social. Assim, pretendo demonstrar a importância desse novo fenômeno que surgiu nos sistemas de desigualdade das sociedades contemporâneas que é indicado por Stehr (2000), pois isso impacta na forma como analisamos as questões da desigualdade moderna. Como a crítica inicial de Nico Stehr (2000) é sobre a limitação em se conseguir entender esse novo fenômeno que as tradições clássicas sobre a desigualdade apresentam, busco rever essas tradições para discutir se esse novo fenômeno é contemplado pelos clássicos. O argumento

que Stehr (2000) utiliza não ignora totalmente as perspectivas clássicas, mas levanta a questão da necessidade de rever essas vertentes sociológicas em que se baseiam no mundo industrial, nesse sentido, a análise aqui sugere que, para pensarmos a questão que Stehr (2000) propõe, temos que nos utilizar de uma perspectiva sociológica mais geral. Por isso, iremos revisitar um pouco da perspectiva de Simmel (1987) sobre a vida moderna na metrópole, em que vemos a percepção do mesmo tipo de indivíduo à que Stehr (2000) se refere. O que indica que para se entender a análise do Stehr (2000) talvez seja necessário um olhar mais microssociológico, seguindo em grande escala a perspectiva de análise de Simmel.

Para essa análise, após esse ponto introdutório, o segundo ponto é uma tentativa de explicar o que é a estratificação social. O terceiro, traz um pouco das características das teorias dos funcionalistas e as do conflito em uma visão macrosociológica e das teorias dos interacionistas e dos utilitaristas em uma visão microssociológica, que são visões clássicas e implicitamente aceitas para se pensar a questão discutida por Stehr (2000). O quarto tópico é uma discussão sobre a teoria desenvolvida por Stehr (2000), para conseguir compreender essa nova substância da desigualdade social. E o quinto e último ponto são as considerações finais, em que pretendo concluir a análise sobre a importância da tese de Stehr (2000) e a relação com a necessidade de novas ferramentas conceituais para se entender a estratificação social nas sociedades do conhecimento.

## **2. ESTRATIFICAÇÃO**

Nico Stehr, em seu artigo “Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento”, apresenta uma análise sobre uma mudança no sistema de desigualdade nas sociedades avançadas (STEHR, 2000). A grande mudança é que, nas sociedades contemporâneas, o conhecimento está agindo como um forte fator de estratificação, constituindo assim, um novo processo de formação das desigualdades sociais. Como conceitua Turner:

A estratificação é um termo geral usado para descrever uma sociedade que: (1) distribui renda, poder, prestígio, e outros recursos de valor para seus membros desigualmente; e (2) cria classes distintas de membros, que são cultural, comportamental e organizacionalmente diferentes. (Turner, 2000, p. 122)

A questão da estratificação tem sido consideravelmente explorada pelas Ciências Sociais, sobretudo por estar ligada com a questão das desigualdades sociais. Para pensarmos na nova substância da desigualdade que Stehr (2000) propõe, temos que levar em conta que a desigualdade é um fio condutor importante nos processos internos das sociedades. Como resultado direto das desigualdades, o processo de estratificação acontece. A estratificação social é usada para descrever a presença de diferenças em uma sociedade, diferenças que geram desigualdade. Por esse motivo, temos de admitir que a estratificação social seja gerada pela presença das desigualdades sociais. A sociedade só é estratificada em diferentes grupos porque há desigualdade presente. A estratificação social revela a existência de grupos menores dentro das sociedades, grupos que são formados pela existência de diferenças entre essas pessoas. A base inicial da estratificação são os grupos formados por pessoas que ocupam posições diferentes dentro da sociedade em questão. Esses grupos são sistematicamente divididos e as pessoas classificadas por categorias como sexo, classe, raça, entre outros.

Várias perspectivas diferentes abordam a questão da estratificação. Por exemplo, Marx e Engels identificavam a estratificação como uma tensão existente entre os que possuem os meios de produção e os que não possuem. Pois os que possuem os meios de produção, possuem o poder, podendo manipular os aspectos que regem a sociedade em questão. Com essa divisão simples entre proprietários e não proprietários, Marx vê a estratificação em classes, gerando um conflito de uma luta de classes.

Na visão marxista a estratificação é ligada diretamente à economia, pois a divisão é feita nos grupos econômicos distintos, a relação com o trabalho nesse contexto é quase totalmente responsável pelo fenômeno da estratificação. A tensão da separação desses grupos geraria a luta de classes, que iria dividir de novo a sociedade, de forma mais igualitária, porém ainda totalmente ligada à economia.

Já Weber, continua pensando a estratificação ligada à economia, porém ele a enxerga como um processo maior, que inclui outros níveis. É mais do que a influência da economia que gera as desigualdades, estratificando assim a sociedade. A separação gerada na estratificação para Weber era originada pelas classes, mas também pelos partidos e pelos grupos de status. As classes seguem a mesma linha de Marx, seriam o impacto que a economia tem com as pessoas, porém diferente de Marx, não existe somente duas classes, Weber admite que

a relação do indivíduo com o mercado é muito maior e mais complexa do que a polarização proposta por Marx. Por isso “[...] pode se revelar um sistema de classe mais estruturado e variado”.(TURNER, 2000, p. 114)

Outro nível de estratificação, segundo Weber, seria os partidos, que são grupos que detêm poder. Porém esse poder não tem relação com a economia, nem com o trabalho. O poder pode ser adquirido por várias formas, e esse grupo consegue, mesmo sem deter as riquezas da sociedade, ser um grupo que influencia a mesma. Por fim, os grupos de status são vistos como grupos de pessoas que podem estar em níveis diferentes de poder ou de classe, mas “[...] partilham símbolos culturais semelhantes, gostos, perspectivas e estilo de vida; e que como consequência, podem desfrutar de certo nível de consideração, honra e prestígio.”(TURNER, 2000, p. 114)

Em uma visão mais funcionalista, o fenômeno da estratificação social é entendido como algo necessário para que a sociedade em questão funcione de forma harmoniosa. “Para Kingsley Davis e Wilbert Moore (1945), bem como para outros funcionalistas (Parsons, 1953), as desigualdades podem ser relacionadas às críticas necessidades funcionais ou condições na sociedade” (TURNER, 2000, p.115). Nessa perspectiva, a estratificação social é encarada sem a perspectiva de gerar tensão ou conflito como nas visões anteriores.

### **3. TEORIAS**

As teorias sociológicas clássicas são responsáveis por grandes feitos, mas não existe um consenso entre os estudiosos que reconheça quais são as melhores teorias entre as várias existentes. Problemáticas estão presentes na vida social e, por isso, além de serem importantes, despertam o interesse da investigação. Essas questões requerem mais do que uma análise isolada, pois estão inseridas dentro de uma complexa organização social, por isso a visão das teorias sociológicas têm de ser o ponto de partida para qualquer análise que queira, de fato, trazer um resultado o mais fiel possível.

A questão da desigualdade, como foi destacada anteriormente, sempre foi uma questão investigada pela maioria dos teóricos. Mas, na investigação de Nico Stehr (2000), ao analisar essa mudança substancial no sistema da desigualdade nas sociedades contemporâneas, ele afirma que “a maior parte de nossas teorias e de nossas pesquisas sobre estratificação e mobilidade social está intimamente associada a uma forma particular de sociedade – a sociedade industrial” (STEHR,

2000, p.102). Por isso, essa ligação da teoria com a sociedade industrial, quando aplicada a análises na sociedade contemporânea, gera uma visão distorcida do fenômeno da desigualdade, afirma Stehr (2000).

Tentarei revisar no ponto a seguir as principais características das quatro grandes perspectivas teóricas clássicas, que são tacitamente aceitas quando se tenta analisar a desigualdade social no mundo contemporâneo: a perspectiva das teorias funcionalistas, a perspectiva das teorias do conflito, a perspectiva das teorias interacionistas e a perspectiva das teorias utilitaristas. Em termos gerais, tentarei visitar essas perspectivas para tentar enxergar as especificidades da visão dos sistemas de desigualdade social que estão atualmente, segundo Stehr (2000), em prática. Para, assim, tornar possível visualizar se essa nova substância da desigualdade está contemplada nas teorias.

### **3.1 Aspectos das teorias funcionalista**

As teorias funcionalistas, segundo Turner (2000), investigam o universo social como um sistema totalmente integrado, esse sistema é composto por vários subsistemas que ficam responsáveis por funções distintas. Porém, os subsistemas precisam estar integrados e funcionando interdependente para que o sistema esteja funcionando corretamente como um todo. (TURNER, 2000)

Na visão do funcionalismo, a teoria sociológica se baseia em destacar o funcionamento equilibrado que cada sociedade tem de ter com os seus subsistemas. Por isso se analisa cada fenômeno social como um subsistema em detrimento do impacto no sistema geral, sempre com o objetivo de desempenhar seu papel para o funcionamento correto do sistema geral. Nesse sentido, como ressalta Turner, “As partes são então analisadas em termos de suas conseqüências, ou funções para o sistema maior.”(Turner, 2000, p.20).

Contudo, na visão dos funcionalistas, a estratificação é encarada como um fenômeno universal das sociedades. Por isso, os funcionalistas tentam explicar por que existe a necessidade da estratificação nas sociedades. A estratificação é vista como uma necessidade funcional do sistema geral das sociedades. Esse sistema faz com que todas as sociedades se deparem com o problema de como classificar os indivíduos e como motivar os mesmos, a fim de que as funções do subsistema sejam feitas de forma integrada para que assim o sistema geral funcione perfeitamente. Para os funcionalistas, as sociedades têm dois desafios nessa questão, além de separar os indivíduos em posições diferentes, também,

após essa separação, mantê-los operando suas funções na sociedade de forma certa, para que o sistema geral não seja afetado.

Durkheim, por exemplo, na visão funcionalista, reconhece a problemática de que ao fazer a separação das funções, em que todas as funções devem ser desempenhadas, existem as funções que não são tão agradáveis, por isso essa divisão seria motivo de conflito. Para esse problema, ele se utiliza de “um modelo normativo no qual as diferenças se justificam (moralmente) tendo em vista as necessidades de especialização funcional da sociedade.” (NEUBERT, 2013,p.119). Nesse aspecto, se enxerga a perspectiva meritocrática, em que as funções seriam designadas moralmente por cada um por conta do seu mérito.

Para Stehr a grande questão da identificação desse novo fenômeno é entender que as perspectivas sobre a desigualdade não levam em conta o conhecimento como ferramenta produtiva. Na visão funcionalista, por exemplo, segundo Stehr, talvez se utilizarmos Bourdieu que traz uma perspectiva diferente ampliando a visão dos novos sistemas de desigualdades, possamos ter uma visão mais satisfatória dessa perspectiva funcionalista. Bourdieu considera que a luta por vantagens financeiras na sociedade contemporânea está ficando em segundo plano, pois “Novos tipos de conflitos estão surgindo, centrados em lutas por certificações, questões de gosto e superioridade ética” (STEHR, 2000, p. 107). Porém, mesmo assim, continua sendo uma abordagem que foca no resultado, não tenta entender como se dá essa certificação e o motivo pelo qual ela está se tornando objeto de conflito. Focando no resultado, essa visão não consegue analisar, portanto, todo o fenômeno.

### **3.2 Aspectos das teorias do conflito**

Como uma oposição às teorias funcionalistas, o olhar das teorias do conflito não identificam a presença de uma harmonia das partes em detrimento de um todo maior. Na verdade, a sociedade é vista como um ambiente cheio de tensão gerado pelas relações sociais. Muitos sociólogos viam o mundo pela perspectiva do conflito, porém uma abordagem que é interessante olharmos é a de Collins (2009), na qual, diferente de em outras visões costumeiras, ele junta as tradições weberiana e marxista, afirmando que não se opõe, pois possuem características em comum. Portanto formam juntas uma visão sociológica linear, que deve ser levada em conta. Para entender a visão da tradição do conflito, baseado nesses autores, as tradições têm de ser consideradas na área intelectual teórica dos

autores, e não na área política, onde as divergências são claras. (COLLINS, 2009)

A base dessa tradição é se utilizar da perspectiva da macro-estrutura da sociedade. Nessa tradição, a visão da centralidade do conflito “[...] não é simplesmente o de que a sociedade consiste em conflito, mas o de que, quando o conflito não é explícito, ocorre um processo de dominação.” (COLLINS, 2009, p.49)Essa perspectiva tem como foco a força que a desigualdade desempenha nas sociedades, pois é a desigualdade em vários aspectos diferentes que geram os conflitos.

Na visão da tradição do conflito, o conflito em si não é o resultado de que a sociedade está em crise, pelo contrário, é a confirmação de que as relações sociais existem, pois as relações sociais produzem a tensão do conflito. Os membros societários vivem o conflito, pois produzem meios de dominação quando tentam impor suas regras pessoais aos outros. Por isso o conflito é o resultado das interações da sociedade.

A sociedade é o retrato dos efeitos das desigualdades, por isso o conflito é encarado por esses teóricos como a única solução para o fim das desigualdades. Pois, como as formas de conflito são várias, mas sempre são originadas de alguma divisão desigual de algo importante para a sociedade, sempre haverá grupos em vantagem e grupos em desvantagens. Os grupos dominantes são os que estão em vantagem e por isso são gratificados com os mais altos status da sociedade, dificultando o acesso aos grupos que estão em desvantagens, os dominados. Assim a estratificação, nesse sentido, é mais rígida e auxilia na reprodução das desigualdades sociais.

### **3.3 Aspectos das teorias interacionistas**

As teorias interacionistas se baseiam em uma visão microssociológica para analisar a sociedade, diferente da visão em que a sociedade era observada por um viés mais macro. Como conceitua Turner (2000):

Para os interacionistas, então, a explicação da realidade social deve emanar da investigação metódica do micromundo dos indivíduos que mutuamente interpretam os gestos, que constroem as imagens de si próprios e definem as situações segundo certos princípios (Blumer, 1969; Stryker, 1980). As macro ou grandes estruturas da sociedade – o Estado, a economia, a estratificação e similares – são construídos e sustentados por microinterações (Collins,

1981, 1986); e para os interacionistas seria impossível entender o mundo social sem investigar esses encontros no micronível. (TURNER, 2000, p.22)

As análises interacionistas dão destaque ao indivíduo, realçando as interações entre eles, pois nessa visão o indivíduo não é passivo em relação às estruturas macros sociais. O indivíduo sofre influência das estruturas macros, mas não é passivo. Nesse sentido “[...] o interacionismo é contrário às tendências que tomam a “estrutura” e a “cultura” como exteriores aos atores sociais, tratando-os como robôs.” (TURNER, 2000, p.22)

Essa perspectiva está presente na análise de Stehr (2000), sobretudo na importância dada ao indivíduo, o qual não atua somente em um papel passivo na sociedade. Mas também em uma perspectiva mais ampla no sentido de que as visões micro das relações sociais trazem um leque maior para se analisar os sistemas de desigualdades. Portanto, para identificar essa transformação no sistema de desigualdade que Stehr (2000) sugere, existe a necessidade de se investigar essas micro interações.

No objetivo de explicar como que o conhecimento está sendo uma forma de estratificação, Stehr (2000) ressalta que nesse sentido temos de encarar o conhecimento como várias competências sociais, o que explicarei melhor adiante. Entretanto, de modo geral, essas competências sociais são capacidades que os indivíduos possuem que geram benefícios para os que as têm e se utilizam delas em situações específicas (STEHR, 2000). Portanto, para se entender o que seria a estratificação gerada pelo conhecimento, que segundo Stehr (2000) está presente nas sociedades contemporâneas, temos de analisar essas micro interações presentes na sociedade, pois são nelas que podemos observar o efeito do conhecimento. Mais adiante explicarei sobre o que Stehr (2000) acredita serem as mais importantes competências sociais que geram as desigualdades, nesse sentido precisaremos de analisar as micro interações presentes nas sociedades contemporâneas.

### **3.3 Aspectos das teorias utilitaristas**

Os teóricos utilitaristas ressaltam a importância da racionalidade dos homens, por isso as sociedades são regidas pelas ações individuais, que por sua vez são feitas com base na racionalidade para que o resultado gere o máximo de benefícios possível. (TURNER,2000). Nesse sentido, a sociedade é gerada pela

interação dos membros da mesma, que sempre estarão em busca da melhor escolha que resulte no máximo de bem estar possível.

Como ressalta Turner, “[...] para os teóricos do utilitarismo, todas as relações sociais são, em última análise, trocas entre atores que incluem custos a fim de obter benefícios uns dos outros, ou seja, que calculam a relação custo-benefício.” (TURNER, 2000, p.23). Por isso, as estruturas da sociedade são analisadas por esses teóricos como resultados das ações dos indivíduos, levando em conta que essas ações têm sempre o objetivo do melhor bem-estar geral. Com isso as características das sociedades, incluindo as formas de estratificação, são vistas como resultados dessas ações, e interpretadas como consequência para o maior bem estar possível.

A escolha do indivíduo é baseada nas consequências que essa escolha trará para o mesmo, assim sendo, os sistemas de desigualdades nessa perspectiva estão sempre reproduzindo o que já é presente nas sociedades. Como ilustra bem Mont’Alvão

“[...]a estratificação do alcance educacional e do ocupacional resulta da avaliação que as famílias de classes sociais mais baixas fazem a respeito das opções mais ambiciosas como sendo menos favoráveis, reforçando os padrões de desigualdade no acesso às posições mais altas do sistema escolar e da estrutura de ocupações em geral.” (MONT’ALVÃO, 2011, p.395-396).

Assim, as teorias utilitaristas analisam também, na visão micro das sociedades, as causas para as estruturas macro. Essa perspectiva, ainda que também não resulte em todos os pontos que Nico Stehr (2000) discute, traz mais uma visão que amplia os sistemas de estratificação, trazendo uma perspectiva que leva em conta o que Stehr (2000) afirma ser presente nas estruturas maleáveis que são responsáveis por reproduzir o sistema de desigualdade nas sociedades contemporâneas (STEHR, 2000).

#### **4. NICO STEHR: COMO ENTENDER A DESIGUALDADE SOCIAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO?**

Com o objetivo de mostrar essa grande mudança na essência dos sistemas de desigualdade e fundamentar sua teoria, Stehr (2000) irá demonstrar as limitações das teorias clássicas e das pesquisas acerca da estratificação e da mobilidade

social que, a seu ver, estão diretamente ligadas à sociedade industrial, seguindo assim as particularidades dessa sociedade. Por isso, quando se faz uso dessas teorias para analisar as sociedades contemporâneas que sofreram grandes mudanças em comparação com as sociedades industriais, elas se mostram altamente limitadas.

Assumindo o conceito de *sociedade do conhecimento* (Böhme e Stehr, 1986; Stehr, 1994), no qual aponta a substituição da sociedade industrial pela *sociedade do conhecimento* que foi gerada pelas transformações ocorridas nas estruturas sociais. Já em Stehr (2000) essa transformação para sociedade do conhecimento é vista como geradora de novas formas de desigualdade, indicando a necessidade de serem analisadas em uma nova perspectiva. Stehr (2000) acredita que por esse motivo as teorias que eram usadas para as análises dos sistemas de desigualdades nas sociedades anteriores não podem mais ser utilizadas, existindo assim uma necessidade urgente de se desenvolver novas formas de análise que consigam compreender a nova essência da desigualdade, não atrelada a uma sociedade industrial. Com as grandes transformações das sociedades, o impacto nos sistemas de desigualdades foi enorme. Por esse motivo, Stehr (2000) acredita que as novas formas de desigualdade precisam ser olhadas mais a fundo.

Nico Stehr (2000) revisita as palavras de Georg Simmel, que, em seu livro *The philosophy of Money*, ressalta a influência da educação na origem das desigualdades – o conhecimento individual que é adquirido através da educação-, para demonstrar que Simmel já refletia sobre esse aspecto, mesmo sem estar analisando as sociedades contemporâneas. Simmel já estava pensando acerca do que Stehr denomina a “mais injusta forma de desigualdade social existente na sociedade moderna.” (Stehr, 2000, p.102).

Stehr (2000) está propondo uma visão mais microssociológica da questão da desigualdade. Assim como Simmel já pensava sobre uma perspectiva mais geral na análise das sociedades, utilizando-se de visões no plano macro e ao mesmo tempo dando a importância para as visões no plano micro, a proposta de Stehr também segue essa mesma linha. As perspectivas das teorias macro – funcionalismo e conflito – não são mais para Stehr capazes de analisar a sociedade contemporânea, mas ao mesmo tempo, mesmo que reconheça algum valor nessas teorias em análises anteriores, ressalta a importância de que mesmo nas sociedades industriais, as teorias macro sozinhas podem não ter conseguido alcançar o todo. Porém, Stehr (2000) em nenhum momento ressalta que as perspectivas microssociológicas sozinhas também obtêm o melhor resultado,

mesmo que em sua análise fique clara sua predileção pela lógica que rege essas teorias.

Quando Simmel (1987) analisa a vida mental na metrópole, ele destaca a diferença que essa possui nas cidades pequenas e rurais, ele tenta dar conta do significado que a vida na modernidade possui, tentando analisar as exigências presentes na vida na metrópole. Segundo Simmel (1987), a vida na metrópole gera um constante conflito entre a sociedade e o indivíduo.

A vida metropolitana, assim, implica uma consciência elevada e uma predominância da inteligência no metropolitano. A reação aos fenômenos metropolitanos é transferida àquele órgão que é menos sensível e bastante afastado da zona mais profunda da personalidade. A intelectualidade, assim se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana.(SIMMEL, 1987, p. 13)

Na vida metropolitana para Simmel (1987), o intelecto se sobressai sobre as emoções, para que o indivíduo consiga viver a vida metropolitana. Simmel (1987) consegue mostrar as grandes características que a vida na metrópole possui. Trazendo à tona a grande racionalidade em que esse modo de vida impunha, e suas consequências.

O que Stehr (2000) está pensando sobre as sociedades contemporâneas segue a mesma lógica de Simmel (1987) ao analisar essa nova estrutura social. Os dois, como o próprio Stehr (2000) destacou em seu texto, enxergaram por essa abordagem microssociológica a, e ressaltou novamente, “[...] mais injusta forma de desigualdade social” (STEHR, 2000, p.102). A inteligência a que Simmel (1987) se refere pode ser considerada como o capital cultural do homem metropolitano, assim como o conhecimento de Stehr. Como destaca Simmel (1987), “A metrópole sempre foi a sede da economia monetária. Nela, a multiplicidade e concentração da troca econômica dão uma importância aos meios de troca que a fragilidade do comércio cultural não teria permitido. *A economia monetária e o domínio do intelecto estão intrinsecamente vinculados.*” (SIMMEL, 1987, p.13)

Para Stehr (2000), em sua reflexão sobre a importância do conhecimento como instrumento de desigualdade, Simmel (1987) destacou a relação importante que a desigualdade social teria – mesmo na época em questão – com o conhecimento de forma geral. Mas fica nítido a necessidade do emprego de uma lógica do pensamento que Simmel(1987) se utiliza para podermos entender o pensamento

de Stehr (2000). Porém, Stehr (2000) vai mais a fundo, pois utilizando-se dessa reflexão inicial da desigualdade, observando as novas sociedades, e, acima de tudo, observando as teorias e análises acerca da desigualdade, conseguiu identificar a influência das características da sociedade industrial na leitura acerca dos sistemas de desigualdade. Claro que, como quase todas as teorias sociais, as teorias que estão dispostas a discutir a desigualdade são influenciadas pelo contexto em que foram desenvolvidas e pelos casos que estão sendo analisados para a confecção da mesma. Por isso, a proposta de Stehr (2000), mesmo que espantosa em uma primeira vista e com suas ressalvas críticas às outras teorias, só segue a mesma linha da maioria delas, que se utilizam da análise de uma sociedade em questão. Contudo no momento das sociedades contemporâneas, a estrutura social é diferente da que os outros autores encontraram.

A maioria das teorias está associada à sociedade industrial, que foi por um longo tempo a sociedade em questão. Mas com as mudanças na sociedade, precisamos de um novo olhar para conseguir enxergar essas transformações. A sociedade moderna produz um sistema de desigualdade diferente do sistema de desigualdade das sociedades industriais, por esse motivo, ela precisa de novas ferramentas para que possa ser estudada. As formas de desigualdades presentes nas sociedades industriais estão diretamente ligadas às teorias funcionalistas, às do conflito ou às suas derivadas. As teorias foram concebidas em acordo com esse modelo de sociedade, isso não quer dizer que possamos considerar essas teorias como erradas, mas que essas teorias não conseguem analisar fielmente outros tipos de sociedades.

Stehr (2000) faz uma análise geral dessas teorias e destaca que o grande problema para análise das sociedades contemporâneas é que, como as teorias são associadas à sociedade industrial, a análise dos sistemas de desigualdade acaba sendo associada à relação com o trabalho, ponto chave que vários autores trabalham. Por isso, acaba reforçando um tipo de visão restrita quando se aplica a perspectiva que os sistemas de desigualdade estão basicamente originados pelo trabalho. A sociedade contemporânea não é uma sociedade do trabalho, assim Stehr (2000) assume o conceito de *sociedade do conhecimento* (Böhme e Stehr, 1986; Stehr, 1994), como foi ressaltado, pois a sociedade industrial acaba perdendo o lugar para a *sociedade do conhecimento*, em virtude das mudanças no decorrer do tempo. A sociedade do conhecimento é ao mesmo tempo parte da equação e resultado da mesma, é completamente diferente das sociedades industriais, a sociedade do conhecimento é fruto de todas as relações dentro dela,

de tal maneira que o impacto do trabalho, que antes era quase que responsável pela sociedade, fique no plano de fundo.

Para essa análise funcionar, a sociedade contemporânea deveria ser igual à sociedade do trabalho, principalmente na relação do indivíduo com o trabalho. Porém a relação com o trabalho que existia na sociedade industrial não é a mesma atualmente, por isso as formas de desigualdade são diretamente ou indiretamente afetadas. A sociedade contemporânea se encaminhou para um processo de individualização, em que os indivíduos encaram o trabalho de uma forma mais aberta, menos sólida, deixando de lado um pouco da perspectiva produtiva direta. Essa nova perspectiva da relação do trabalho muda a ordem social, porém as perspectivas sociológicas implicam geralmente continuar pensando nessa lógica, mais especificamente no caso da desigualdade, restringe-se muito das vezes a visão de todos os tipos de desigualdades, pois o foco ainda está nas relações sociais presentes nas outras sociedades, mesmo que sejam encontrados outros tipos de fenômenos sociais.

Stehr (2000) não tem o objetivo de negar de forma geral qualquer das abordagens sociológicas clássicas, mesmo que ressalte que talvez os pressupostos antigos devam ser substituídos, mas, para entender esse novo fenômeno de estratificação, defende que as teorias sociológicas clássicas não podem ser tacitamente aceitas por todos como uma verdade universal. Uma abordagem diferente é necessária para tentar estudar as novas formas de organização social presentes na sociedade, mesmo que as teorias clássicas sejam importantes para entender o fenômeno da desigualdade social.

O mérito das teorias sociológicas clássicas em geral e das teorias sobre a desigualdade social em particular foi enfatizar determinadas dimensões operativas que constituem esse fenômeno. Uma teoria mais abrangente, que acrescente mais dimensões relevantes nas relações de *status* na sociedade, nem sempre resulta em uma teorização mais estrita ou mais adequada da desigualdade na sociedade moderna. Hoje, a questão importante é saber que novas dimensões de desigualdade estão surgindo na sociedade contemporânea. Dimensões que devem ser levadas em conta e talvez mesmo substituir as dimensões típicas das sociedades industriais. Entre essas novas dimensões, a principal talvez seja a ascensão do “conhecimento” como princípio de estratificação, como condição de acesso a uma posição social elevada. (STEHR, 2000, p.104).

O conhecimento para Stehr (2000) é a nova questão do fenômeno da estratificação presente na sociedade contemporânea, mesmo que a questão do conhecimento tenha praticamente sido presente sempre na visão das desigualdades. Porém a importância do conhecimento adquiriu outros níveis na sociedade contemporânea, chegando de tal modo a ser o fundamento da desigualdade social.

Para se comprovar o papel importante que o conhecimento tem nas sociedades modernas, Stehr (2000) acredita que algumas mudanças na estrutura social são as responsáveis por essa grande mudança. Entre algumas “provas” para essa mudança, ele aponta que “[...] como fundamento da emergência do conhecimento como princípio de estratificação dizem respeito ao *relativo declínio da importância mediata e imediata da economia para os indivíduos e as famílias*” (STEHR, 2000, p.105).

Essa importância está relacionada com a ligação que os indivíduos têm com seu papel econômico na sociedade, que segundo Stehr (2000), além de outros fatores importantes, o acúmulo de riqueza desempenha um papel fundamental nesse afastamento da relação. A relação trabalho e indivíduo, que já ressaltai anteriormente, é o destaque nessa mudança, pois altera a ordem social.

Como segunda prova dessa transformação na base da sociedade, Stehr (2000) ressalta outro aspecto importante “[...] o estabelecimento e garantia de um pacote de direitos e cidadania, especialmente de um piso de bem-estar social abaixo do qual não se aceita que pessoa alguma venha a cair.” (STEHR, 2000, p.105). Esses direitos sociais tomados como universais e naturais desempenham um papel fundamental na dependência dos indivíduos com a economia, tornando a relação com o trabalho diferente da relação nas sociedades industriais, em que não havia uma posição “inaceitável”, portanto a relação com o trabalho definia as outras relações.

Para além dessas duas “provas” que Stehr (2000) propõe, em uma análise geral, é ressaltada a importante mudança encontrada nas sociedades modernas, ligada com o fator chave da globalização, o autor diz acreditar que um dos pontos centrais dessa mudança é que nas sociedades contemporâneas se identifica um processo de *descentramento*.

O descentramento produz estruturas maleáveis que podem ser reconstruídas segundo modalidades que estimulem ainda mais esse processo. A reconstrução das regras que governam os padrões estruturais, por sua

vez, habilita as pessoas a fazerem uso de seu “conhecimento” de maneira produtiva. (STEHR, 2000, pag.106).

O processo de descentramento é ligado à grande variedade nas estruturas sociais, ao grande número de possibilidades, a não uniformidade. Pois segundo Stehr “[...] as sociedades modernas não têm mais uns poucos partidos políticos [...], nem padrões familiares, sindicatos, estrutura de gênero, religiões, disciplinas científicas, grupos étnicos, estratos sociais, comunidades, cidades [...]” (STEHR, 2000, p.106).

Desde a apresentação do novo fenômeno da desigualdade exposto por Nico Stehr (2000), tenho adotado as palavras que ele utiliza no início de sua análise, “desigualdade gerada pelo conhecimento”. Mas ao final de sua análise, mesmo tendo assumido o conceito de *sociedade do conhecimento*, Stehr revela, após seu apanhado geral dos sistemas de desigualdade e suas teorias, o que ele admite como *conhecimento* é diferente do conhecimento que sempre está permeando algumas análises da desigualdade. No sentido da análise, identificamos que o conhecimento, mesmo que não analisado como causa totalmente direta, sempre esteve como plano de fundo nas questões da desigualdade, porém o conhecimento como gerador de estratificação social, para Stehr, tem de ser admitido como “um *pacote de competências*” (STEHR, 2000, p.106).

Um pacote de competências seria um conjunto de habilidades. Essas habilidades vão muito além do conhecimento tido como científico, ou o conhecimento escolar, por exemplo. É um pacote constituído por várias áreas de importância, não somente as questões formais. Deve ser compreendido como um “pacote de competências sociais que governam o processo de formação e manutenção do prestígio e do status social” (STEHR, 2000, p. 107). Essas competências produzem, segundo Stehr:

[...]diferentes benefícios (ou custos) sociais para aqueles que são capazes de mobilizar seus recursos em situações apropriada. A relação entre fatores cognitivos e materiais da desigualdade social na sociedade moderna se inverte: o conhecimento deve ser pelo menos conceituado como um instrumento “metanível”, capaz de afetar a aquisição, defesa e controle de meios mais tradicionais de estratificação. (STEHR, 2000, p.106)

Por isso, o conhecimento compreendido como esse pacote de competências

sociais gera uma desigualdade menos perceptíveis e definida, por ser abrangente e ser resultado do processo de descentramento que é presente nas sociedades contemporâneas, aumentando em vários níveis as possibilidades de estruturas sociais, que já destaquei aqui, diferencia-se dos sistemas de desigualdades anteriores. Sobre os aspectos menos perceptíveis, Stehr (2000) afirma:

[...] Nas “sociedades do conhecimento”, a desigualdade torna-se um fenômeno social muito menos óbvio, concreto e visível do que na sociedade industrial. A escolha e a definição do conhecimento como uma “variável focal” da desigualdade também indica que seus pré-requisitos e suas consequências práticas tendem a ser, por enquanto, menos definitivos e consensuais do que outras dimensões da desigualdade, como renda, educação e ocupação, e tendem a resultar em estruturas de desigualdade menos firmemente estabelecidas. (STEHR, 2000, p.106)

Esse pacote de competências sociais possui várias opções que não são uniformes, por isso resultam em processos diferentes, que dependem dos contextos sociais. Os efeitos que o conhecimento desempenha nos processos de desigualdade são diversos, mesmo que os resultados gerem hierarquias tradicionais (ou não), o processo ocorre de forma diferente, dependendo muitas vezes da combinação de várias competências desse pacote de conhecimento, resultando em um fenômeno muito denso e difícil de se enxergar. (STEHR, 2000). Nesse sentido “A desigualdade social torna-se uma configuração heterogênea e dependente do contexto.” (STEHR, 2000, p.107)

Entender o conhecimento como esse grande pacote de competências é mais complexo quando se tenta analisar as situações reais, pois a densidade dos resultados distintos é grande. Stehr (2000) enumera algumas das habilidades sociais que acredita serem as mais relevantes nas sociedades contemporâneas. Nessas competências, todas possuem um lado micro, que puxam para as análises das teorias interacionistas que já foram discutidas aqui, pois o micromundo dos indivíduos está em voga, porém, as ações micro geradas pelo domínio dessas competências influenciam as estruturas macro da sociedade, assim as teorias clássicas de visão macro como, as do conflito e as funcionalistas, não dão conta de explicar essas estruturas, pois a relação com o conhecimento produz estruturas diferentes das tradicionais, que eram encontradas nas sociedades industriais.

Os aspectos gerais dessas competências sociais que Stehr (2000) destaca são

importantes para entendermos qual é a relação que o conhecimento tem com a sociedade que produz essa nova forma de estratificação. Por exemplo, temos “*A capacidade de tirar partido do discernimento*” (STEHR,2000, p.107) que seria a capacidade mais ligada à perspectiva das teorias utilitaristas, em que o indivíduo tem a capacidade de possuir e usar o discernimento, como um conhecimento, para que possa ter a maior vantagem possível. Temos também “*a facilidade para organizar recursos de proteção*” (STEHR,2000, p.107) que, segundo Stehr (2000), o indivíduo que tem a capacidade de proteger seus bens, por exemplo, sai na frente em momentos que essa proteção se faz necessária, para tal capacidade esse indivíduo tem de possuir uma série de conhecimentos específicos que o possibilitem tal façanha frente aos outros.

Como mais uma competência que para Stehr (2000) está diretamente ligada na estratificação gerada pelo conhecimento temos a “*autoridade para falar*” (STEHR,2000, p.107), que mais diretamente nas relações micro das sociedades fazem “*uma distinção social*” (STEHR, 2000, p. 107) aos que não possuem essa capacidade. Nessa competência, o indivíduo precisa ter a permissão para falar e o domínio dos conhecimentos das situações em questão, o que reproduz em alta escala à desigualdade de conhecimento. Temos também a “*capacidade de preparar-se para desafios*” (STEHR,2000, p.108) em que o conhecimento que gera a possibilidade de contestar as coisas impostas é uma grande vantagem para o indivíduo, pois nesse sentido ele se diferencia da grande maioria. Por isso a capacidade de ter autonomia para enfrentar desafios e conseguir conhecimento necessário para várias áreas é de grande importância.

“*A capacidade de evitação e exclusão*” (STEHR, 2000, p.108) seria a capacidade de se resguardar na sociedade. Ter conhecimento suficiente para não estar em situações de riscos presentes na sociedade contemporânea. O indivíduo é capaz de se virar para não ser excluído, baseado em seus conhecimentos, fabricando meios de subsistência, mudanças de território e etc, como por exemplo gera o que ressalta Stehr “[...]o enorme crescimento da “*economia informal*” na maioria dos países de desenvolvimento avançado[...] pode ser tomado como uma das consequências da ascensão do conhecimento como princípio de estratificação.” (STEHR,2000, p.108)

Essas habilidades destacadas seguem na perspectiva do autor de que o conhecimento como um pacote de competências consegue ser usado de forma produtiva pelos indivíduos (STEHR, 2000). Dessa forma, a grande densidade das competências em um sociedade que é densa e heterogênea faz completo

sentido, por isso os resultados são tão diversos, dependendo diretamente do contexto. Pelo destaque das competências que Stehr (2000) faz, fica clara a importância que o indivíduo possui, atuando ao mesmo tempo como passivo e ativo nos sistemas de desigualdades sociais. Portanto “ Em termos mais gerais, a abrangência das competências sociais corresponde a recursos estratificados para *ter controle sobre a própria vida*[...]” (STEHR, 2000, p.108).

Os níveis diferentes de domínio dessas competências geram a estratificação pelo conhecimento. Em um sentido amplo, essas habilidades influenciam em vários aspectos da vida do indivíduo, mesmo que essa influência não seja tão nítida quanto os sistemas clássicos de estratificação. Nesse sentido, os sistemas de desigualdades sociais, nas sociedades contemporâneas, refletem os mesmos aspectos que suas estruturas sociais: são heterogêneas, dinâmicas e flexíveis, resultando em complexas estruturas de estratificação, que devem ser analisadas em todos os aspectos, para que tenhamos uma análise mais fiel possível da realidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de Stehr (2000) ressalta a grande complexidade que essa nova estrutura de estratificação acarreta. Sua proposta é reformular as leituras acerca dos sistemas de desigualdade que se desenrolam nas sociedades contemporâneas. Ao tentar encaixar a concepção de Stehr (2000) nas teorias clássicas, nenhuma delas isoladamente conseguem contemplar a questão levantada por Stehr (2000). Ele parte do pressuposto que nenhuma das perspectivas conhecidas conseguem contemplar essa transformação no sistema de estratificação, porém, podemos dizer que sua perspectiva ignora as perspectivas macro como a do conflito e a funcionalista - mesmo reconhecendo algumas importantes contribuições -, e adentra uma perspectiva microsociológica até mesmo para identificar a grande mudança que ele sugere.

Stehr (2000) acaba desenvolvendo sua análise em cima de uma microsociologia mais interacionistas, porém com algumas observações que podemos até interpretar como utilitaristas geradas pela racionalidade. O ponto que percebemos ficar claro sobre o questionamento acerca das teorias clássicas que Stehr (2000) desenvolve desde o começo, é que para ele as perspectivas macro assumem uma padronização que limita a compreensão dos fenômenos sociais como um todo. Nesse sentido, ele consegue identificar “[...] a emergência

do conhecimento como princípio de estratificação.” (STEHR, 2000, p.101) pois se utiliza de um pensamento que muito tem haver com o do Simmel, em que a complexidade do mundo moderno é identificada e ressaltada. Simmel (1987) ao analisar a vida na metrópole, consegue enxergar a complexidade desse sistema, identificando assim que nas metrópoles as condições sociais não são mais originária do lugar, mas sim são impostas externamente, por uma lógica que é externa ao indivíduo.

É nesse sentido, que Simmel (1987) identifica que o indivíduo metropolitano está em todos os momentos agindo para limitar as forças deterministas que a sociedade moderna impõe. O indivíduo sofre a coerção da vida na metrópole, mas ele não permanece passivo à essa imposição. Esse indivíduo da metrópole identificado por Simmel (1987) é necessário para entendermos o pensamento de Stehr (2000), pois mesmo o indivíduo na análise de Stehr (2000) estando localizado nas sociedades contemporâneas e de forma geral possuir relações diferentes levando em conta que os aspectos da sociedade são diferentes, a perspectiva geral do indivíduo é a mesma. Para Simmel (1987) o papel da metrópole foi fundamental para determinar a relação do indivíduo com a sociedade, portanto essa estrutura específica determinou o desenvolvimento de características dos indivíduos e das sociedades que nenhum outro lugar conseguiria. Nesse sentido Stehr (2000) também reconhece a importância do contexto, da localização histórica da sociedade contemporânea, que difere das outras por suas mudanças estruturais visíveis ou não. Mas a mesma lógica de influência está presente nos dois autores.

No geral, o pensamento de Stehr (2000) não se limita á uma perspectiva tradicional, mas também não deixa de ressaltar questões presentes nas mesmas. Igualmente Simmel (1987) que possui uma percepção do plano macro identificando elementos funcionalistas e de conflito mas ao mesmo tempo, reconhecendo a importância das interações sociais presentes no plano microssocial. Por isso, além de conceitos que são discutidos por Stehr (2000) estarem presentes no pensamento de Simmel, a lógica sociológica que Stehr (2000) emprega para entender essa nova forma de desigualdade, depende diretamente de uma perspectiva microssociológica ao estilo de Simmel.

Ao analisar a proposta de Stehr (2000), podemos perceber que a necessidade que ele propõe de uma revisão das bases conceituais é realmente necessária. Mas sua proposta de mudança para esses paradigmas a respeito da análise da desigualdade no mundo contemporâneo, identifica a necessidade de se levar em

conta o conhecimento – entendido como um pacote de competências sociais – como forma de mudança nas estruturas sociais. Nesse sentido, sua proposta explica os motivos dessa nova visão, relativa algumas das características da influência de alguns tipos de conhecimentos, mas conserva sua análise dedutiva. Ele demonstra o que temos que levar em conta e consegue até mesmo de forma geral ressaltar que realmente, as teorias clássicas em um geral não contemplam essa perspectiva, porém sua teoria carece de algo maior que apenas argumentação dedutivo.

A proposta de realizarmos uma revisão dos critérios para se entender a desigualdade é totalmente válida, por esse motivo Stehr (2000) resalta a importância dessa novidade. Porém, sua lógica de pensamento já estava presente lá em Simmel (1987), onde se reconhece a força do impacto de uma sociedade complexa, que gera estruturas sociais densas e produzem com isso fenômenos em diferentes escalas. Mas o reconhecimento da importância que as estruturas sociais presentes nas sociedades contemporâneas desencadeiam, mesmo que não muito claramente traz à tona um novo entendimento de estratificação social, gerado por uma nova visão do conhecimento. Essa nova visão do conhecimento, consegue nos levar a enxergar os novos sistemas de desigualdades presentes nas sociedades contemporâneas, que por muitas vezes acabam sendo encobertas.

Por fim, é importante reconhecer que mais do que identificar o conhecimento como uma forma de estratificação, por ser gerador de desigualdade, Stehr (2000) resalta que em sua visão o conhecimento tem um impacto mais diretamente capaz de ajudar aos indivíduos à “[...] reformular as construções sociais” (STEHR, 2000, p.108). Nesse sentido, sua argumentação dedutiva acaba ressaltando sua visão de que o conhecimento é um fator determinante nas dinâmicas sociais, mais especificamente na questão da desigualdade. Determinante no sentido de ocupar o papel central, por exemplo o papel que as classes ocupavam nas sociedades industriais. Por esse motivo, como o próprio título de seu artigo anuncia ele propõe essa mudança “*Da desigualdade de classes à desigualdade de conhecimento*” (STEHR,2000). Essa perspectiva pode ser ousada, mas mesmo que com limitações, contribui para que possamos ser capazes de mesmo com a densidade alta e menos perceptíveis, identificar e analisar de forma mais fiel possível à realidade encontrada nos sistemas de desigualdade das sociedades contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

- BOUDON, Raymond. Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- COLLINS, Randall: Quatro Tradições Sociológicas. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009 .
- MONT'ALVÃO, Arnaldo. Estratificação Educacional no Brasil do Século XXI. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 54, n.2, p. 389-430, 2011.
- NEUBERT, L. F.. Expansão educacional e desigualdade de raça no Brasil. Educação em Foco (Juiz de Fora), v. 18, n. 3, p. 117-146. 2014.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara, 4a. ed., 1987.
- SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- STEHR, Nico. Da desigualdade de classe à desigualdade de conhecimento. Rev. brasileira de Ciências Sociais [online]. 2000, vol.15, n.42, p.101-112.
- TURNER H., Jonathan. Sociologia - Conceitos e aplicações. São Paulo: Makron Books, 2000.